ACTA № 4 DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS, REALIZADA EM 22 SETEMBRO DE 2006

1. Palestra sobre "O Papel do Município no Apoio à Industria", tendo como orador o senho Professor Doutor Daniel Bessa;	
2. Modificações Orçamentais – 2º Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de	
2006;3. Modificações Orçamentais – 2º Revisão ao Orçamento para o ano de 2006;	
4. Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis;	
5. Fixação da Taxa da Derrama;	
6. Contratação de empréstimo de longo prazo, de 300 000 euros destinados à aquisição de terrenos para a construção do acesso da Zona Industrial de Porto de Mós ao IC2;	
7. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo;	
8. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro	
O senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou a freguesia de Mira de Aire e deu as boas vindas ao professor doutor Daniel Bessa dizendo que quando foi eleito definiu como	
objectivo aproximar os eleitos dos eleitores descentralizando a realização das sessões da Assembleio	
Municipal, em pelo menos uma por ano, convidando ainda os presentes a visitarem mais a Assembleia Municipal na sede do concelho.	
Fez ainda um agradecimento púbico ás entidades envolvidas na logística e preparação desta sessão, nomeadamente à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia de Mira de Aire e ac Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros	
1 - ABERTURA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - CHAMADA:	
Faltaram à sessão ou chegaram durante a mesma, os seguintes membros: Adelino Gome Mariano (CDS/PP) que pediu a sua substituição pelo membro seguinte na lista, Maria Antonieto Girão Fevereiro; Amaral António Ferreira Ribeiro (P.S Falta injustificada); António Fernando Pardal do Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Alvados (PPD/PSD), pediu a sua substituição pelo secretário da Junta de Freguesia, Pedro Miguel de Jesus Martins; David Luís Durão (PPD/PSD - 20.30h); Fernando da Silva Matos Morais Sarmento, Presidente da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra (P.S.) pediu a sua substituição pelo secretário da Junta de Freguesia, Rui Fernando Correio Marto; Jorge Manuel dos Santos Pereira (PPD/PSD - Falta Injustificada)	
Estavam presentes, pela Câmara Municipal, o senhor Presidente João Salgueiro, os senhore Vereadores Albino Pereira Januário, Rui Augusto Marques Silva Pereira Neves, Jorge Manuel Vieiro Cardoso, a Assistente Administrativa Especialista Maria Fernanda Pinguicha Toureiro e a Assistente Administrativa Helena Isabel Ferreira de Sousa	
O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento à Assembleia que foran consideradas justificadas pela mesa as faltas à presente sessão dadas pelos membros acima	

referidos face à justificação escrita e/ou oral que estes apresentaram dentro do prazo regimental
2. Palestra sobre "O Papel do Município no Apoio à Industria", tendo como orador o senhor Professor Doutor Daniel Bessa:
Posto isto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a apresentar o professor doutor Daniel Bessa que foi convidado para dissertar sobre <i>O Papel do Município no Apoio à Industria</i> , e que muito gentilmente acedeu a estar presente, passando depois a apresentar o seu curriculum e referindo que essa apresentação terá sensivelmente a duração de uma hora. Referiu ainda, que a titulo excepcional o publico poderá questionar o professor, uma vez que isso foge ao
estipulado no Regimento desta Assembleia.
Fez depois uma reflexão sobre o concelho de Porto de Mós e o seu desenvolvimento, inserido que está numa das regiões com maior dinâmica do pais, sendo que a sua proximidade a Leiria é o seu maior activo
Mencionou ainda que é adepto de uma politica de atracção de pessoas e que grande parte das políticas municipais se viram para os desfavorecidos, mas que a grande força de produção vem da classe média, sendo necessário traçar politicas municipais para atrair essas pessoas.
Salientou ainda a necessidade da existência de uma zona de acolhimento industrial que se diferenciasse das vizinhas por aquilo que oferece, e que poderá ser, segurança, jardinagem, zona de alimentação que seja compatível com os diferentes tipos de pessoas, tendo também reforçado a importância da questão ambiental, na forma como se tratam os resíduos
Aventou depois outras hipóteses de desenvolvimento tais como o turismo, devendo este traduzir-se numa proposta de turismo especializado, em função das condicionantes naturais
Ressaltou depois que uma das coisas que uma Câmara Municipal pode fazer é ter o melhor sistema de ensino básico da região, pois se há coisa que esteja nas mãos das Câmara Municipais, são as escolas primárias.
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu depois um pequeno espaço de debate, dando a palavra aos intervenientes que se inscreveram.
António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):
Agradeceu ao professor doutor Daniel Bessa a lição e as indicações que deixou aos presentes, e perguntou, face à sua afirmação de que a proximidade a Leiria seria o maior activo de Porto de Mós, e que o desenvolvimento se faz mais para a parte noroeste do concelho, como fazer para concorrer com a desvantagem de termos a Batalha entre Porto de Mós e Leiria
Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):
Parabenizou o orador, pela sua explanação, e relativamente ao incremento e captação do turismo, para esta região, acrescentou que quando se investe num projecto turístico, há que captar pessoas que possam deixar algo, e perguntou se com o andar dos tempos o fomentar turismo para classes privilegiadas não virá trazer algum embaraço à Câmara Municipal com os investimentos que elas próprias teriam de fazer nesse sentido
Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD):

Deu os parabéns ao Professor Daniel Bessa pela excelente intervenção, e recordou o passado industrial da vila de Mira de Aire em que o braço forte eram as industrias têxteis referindo que dantes a riqueza aqui gerada era substancial e fazia a diferença no concelho
Referiu ainda que hoje o grande problema de Mira de Aire são as acessibilidades e falta de comunicações, mencionando a estrada que liga Porto de Mós a Mira de Aire.
O senhor Professor respondeu aos anteriores intervenientes, com a necessidade de se conseguir uma proposta suficientemente diferenciadora e competitiva, passando talvez pela implantação de infra-estruturas. Quanto ao turismo teria que se apostar numa oferta devidamente integrada, porque por exemplo, um campo de golfe, por si só não faria grade diferença. Mencionou ainda que quanto à indústria têxtil, o que irá ficar em Portugal, seria o têxtil técnico
O senhor Presidente da Câmara perguntou ainda, e atendendo a que sendo Leiria uma das mais dinâmicas regiões do Pais, qual a razão de o nível de vida das populações se situar abaixo da média nacional.
Maria Antonieta Gomes Mariano (CDS/PP):
Referiu ainda, que pertencem aos autarcas e ao próprio tecido empresarial criar as condições para que o turismo possa ter lugar
António Pereira Carvalho (P.S.):
Usou da palavra elogiando a lição que foi dada, perguntando como é efectuado o cálculo de 70% da média nacional para o concelho de Porto de Mós
No que se refere a Leiria, disse ser uma das capitais de distrito portuguesas onde há menos serviços públicos, o que a fragilizou. Sendo muito industrial e muito privada, falta-lhe densidade publica e de qualificação.
Quanto à questão das acessibilidades a Mira de Aire, tudo dependerá de ter mais ou menos industria. Se tiver mais as acessibilidades são insuficientes, se tiver menos, são suficientes
O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse, que se iria terminar com uma ronda de perguntas de pessoas do público
Eng^o Paulo Duque discordou do problema das acessibilidades a Mira de Aire
Júlio Vieira , agradeceu a lição dada pelo professor Daniel Bessa, perguntando qual o seu

entendimento quanto àquilo que deve ser a politica em termos de impostos municipais, na captação de novas empresas e na captação de pessoas, afirmando que o maior drama é ver partir os filhos da terra mais qualificados, o que só se consegue inverter fixando-os cá com novas empresas e salientando as potencialidades do concelho na área da pedra e da cerâmica
O professor Daniel Bessa respondeu aos anteriores intervenientes, tendo afirmado que o nó rodoviário de Torres Novas será uma das mais importantes plataformas logísticas do país e que desconhecia a proximidade de Mira de Aire à mesma e considerando-a um grande activo
O Senhor Presidente da Assembleia, agradeceu as pistas lançadas pelo professor considerando-a uma excelente mais-valia
2. LEITURA DO EXPEDIENTE:
O Senhor Presidente da Assembleia fez a leitura resumida do expediente recebido desde a última sessão ordinária da Assembleia Municipal, colocando à disposição dos membros da mesma a eventual consulta junto dos serviços administrativos desta Assembleia
3. APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:
O senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à discussão a acta da sessão anterior, tendo <i>António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD)</i> dito constatar que existem alguns cortes na acta, resultantes de falha da gravação da sessão anterior, no entanto há dois pontos que quer que aí fiquem expressos, e que se relacionam com a moção que foi votada acerca do IC9, e que onde se diz que não houve intervenções, refere que ele interveio dizendo que uma vez que não temos variante, pelo menos que envidemos todos os esforços no sentido de termos um saída digna, tendo sugerido uma saída junto à antiga 362. Salientou ainda que gostaria que ficasse em acta a chamada de atenção que dez ao senhor Presidente bem como ao senhor Vice-Presidente pela forma veemente como se dirigiu a esta Assembleia Municipal, pois achou que aquela não era a forma correcta de o fazerem
Também o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga , mencionou que o seu nome era Arlindo Ferreira e não Ferraria, pedindo a correcção
O senhor Presidente da Assembleia Municipal, recordou que foi a primeira vez que se registou informaticamente a sessão, e que a gravação não correu cem por cento, e que há falhas na acta que têm a ver som isso, esperando que a presente sessão corra melhor e que a situação se encontre resolvida
Posta a votação, foi a acta aprovada por maioria com três abstenções (Luís Manuel Coelho de Almeida, Rui Marto e Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira – Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga.
4.1. Modificações Orçamentais – 2º Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006 e 4.2. Modificações Orçamentais – 2º Revisão ao Orçamento para o ano de 2006;
O senhor Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que, face à ligação de ambos os pontos da ordem de trabalhos, os mesmos fossem discutidos conjuntamente.
Dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara, este cumprimentou a freguesia de Mira de Aire e antes de entrar na discussão dos pontos da ordem de trabalhos acima referidos, e na qualidade de primeiro responsável pela Protecção Civil no Concelho de Porto de Mós, pediu para apresentar dois votos nesta área: um Voto de Pesar pelo falecimento da Bombeira Viviane Dionísio

bem como um Voto de Louvor e de agradecimento a todas as corporações de bombeiros que estiveram presentes no combate aos incêndios neste concelho fazendo-o extensivo ao Comando Distrital, bem como ao senhor Governador Civil do Distrito de Leiria, que naquela hora esteve presente se solidarizando e prestando a todos uma palavra de ânimo e de apoio
Tendo o senhor Presidente da Assembleia concordado, guardou-se um minuto de silencio pelo falecimento da Bombeira Viviane Dionísio, morta em combate no incêndio que assolou o concelho de Porto de Mós
Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD) usou da palavra para dizer que se deve fazer chegar à família da jovem a moção para que se saiba que esta não foi esquecida
Não havendo mais intervenções, foi a mesma posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.
Posto isto o senhor Presidente da Câmara Municipal no uso da palavra, disse ir dar a palavra ao senhor Vice-presidente, por se tratar de uma área muito técnica, mas antes disso quer tecer algumas considerações, referindo que foi agora o executivo confrontado com algumas situações, prendendo-se uma delas com a escola de S. Jorge, obra que havia de ser posta a concurso limitado, mas atendendo aos valores apresentados pelos empreiteiros teve de ser aberto concurso publico, pelo que a obra irá ser parcialmente executada em 2007, uma vez que neste momento ainda não está adjudicada – o que acontecerá em finais de Outubro – e sendo o seu prazo de execução de 4 meses, inevitavelmente se prolongará por 2007.
Outra das razões da existência deste documento, tem a ver com o campo de jogos de Porto de Mós, tendo adiantado que iremos ser contemplados com um relvado sintético para Porto de Mós, cujo protocolo será assinado dentro de alguns dias e que será em grande parte financiado pelo governo central e portanto trata-se de uma verba que não estava prevista em orçamento, havendo a necessidade de a prever tendo depois passado a palavra aos senhor vice-presidente, que disse ter a vida facilitada com a intervenção do senhor Presidente da Câmara e debruçando-se sobre pormenores técnicos dos documentos apresentados referiu a necessidade de fazer investimentos em 2007 que não faziam parte do PPI (Plano de Investimentos para 2007)
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Começou por referir que esta sessão iniciou os trabalhos ás 22.00 horas, fazendo algumas criticas ao modelo de funcionamento da Assembleia Municipal que se tem vindo ultimamente a implantar com o convite a individualidades para dissertar sobre assuntos que embora de todo o interesse para o concelho e para os presentes, fazem estas sessões durar interminavelmente, com prejuízo para os munícipes que assistem na qualidade de publico e que para poderem fazer uso do seu direito de intervenção, terão que esperar até altas horas da madrugada
No que se refere ao ponto da ordem de trabalhos propriamente dito, refere que verifica que existiam rubricas que nem sequer estavam abertas, e que teriam que passar para o orçamento de 2007, não vendo nisso qualquer inconveniente.
Entrando de pois na discussão deste ponto da ordem de trabalhos, disse que o executivo fez a apresentação dos seus argumentos, partindo do principio de que trataria de um ponto pacifico, chamando a atenção da Câmara Municipal de que aquilo que aqui vier a ser aprovado, é o que conta, e que não se venham depois fazer planos à revelia disso, e portanto diferente daquilo que aqui se vier a aprovar.

Dirigindo-se à Assembleia Municipal, informa o senhor Vice-Presidente que foi tão crítico em relação ás revisões orçamentais, que no ano passado em Setembro, também veio a esta A.M. a segunda revisão orçamental.
Quanto à transferência da verba de 10 mil euros da rubrica da zona industrial esclarece que isso se deve ao facto de ter conseguido aliviar os custos com a intervenção no local dos funcionários e das máquinas da Câmara Municipal ao nível das infra-estruturas, tendo exemplificado com o facto de hoje mesmo ter conseguido firmar com a Lusitânia Gás a instalação de todo o gás natural a custo zero.
Acrescentou ainda que as obras no Parque Industrial foram atrasadas propositadamente, não na sua execução mas sim em termos de início das mesmas, dado que grande parte dos trabalhos foram feitos pelos funcionários da Câmara pelo que poderá adjudicar por um preço inferior, o que permite um reembolso elevado para os cofres do concelho
Dada a palavra ao senhor Vice-Presidente, este referiu no tocante à intervenção de Luís Almeida, que este não terá lido os documentos que lhe foram enviados em tempo. Esclareceu ainda que o empréstimo que estará hoje em discussão se refere à 3º fase e que os 10 mil euros transferidos provêem da 2º fase
Quanto à intervenção de António Pires respondeu que este está enganado e que falou de alterações orçamentais e não de revisões, dizendo qual a média do ano passado
O senhor Presidente da Câmara respondeu a José Gabriel Pires Vala, tendo esclarecido que o relvado sintético se situará junto ás Piscinas Municipais, onde será instalado todo o equipamento Desportivo do concelho em termos futuros
Não havendo mais intervenções, e postos a votação separadamente, foram estes dois pontos da ordem de trabalhos <i>aprovados por maioria com 19 abstenções</i>
4. 3. Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis:
O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra passou a explicar a razão de ser da fixação desta taxa, passando a elucidar que em reunião de Câmara de 10.08.2006 foi deliberado

propor a Assembleia Municipal a aprovação das taxas de 0,8% para os prédios já avaliados, tendo se mantido a taxa de 0,2% para os prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI, que as taxas de 0,8% e de 0,2% sejam majoradas em 30%, ou seja, passem a ser de 1,04% e 0,26%, respectivamente para prédios urbanos degradados, cujo estado de conservação não permita cumpr satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, bem como seja criada uma majoração de 50% na taxa de 0,8% referida na alínea a) do nº 1 do artigo 112 do IMI, o incidir sobre prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono como tal definidas no nº 10 do referido preceito legal, passando essa taxa a ser de 1.20%
Carlos Alberto Gomes Jorge (PPD/PSD):
Fez uma breve referência à forma como o património estão a ser avaliados na freguesia de Mira de Aire
Rui Fernando Correia Marto (Secretário da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra – P.S.):
Deu os parabéns à Câmara Municipal por manter os valores mínimos possíveis, considerando que ainda assim se trata de um valor elevado para maior parte das famílias
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Parabeniza a Câmara Municipal pelo bom-senso revelado ao manter a taxa mínima, não penalizando assim mais as famílias que vivem neste momento condições problemáticas
António Pereira Carvalho (P.S.):
Interveio dizendo que por tudo quanto se disse não iria usar mais da palavra considerando estar tudo justificado e apenas acrescentado que concorda com a taxa
Carlos Manuel Neto Venda (Presidente da Junta de Freguesia de Serro Ventoso - PPD/PSD):Disse concordar com as taxas propostas, tanto a 0,2% como a de 0,8%, que já vêm do ancanterior, chamando apenas a atenção para um dado novo, que é a questão da majoração que nos prédios rústicos, quer nos prédios urbanos, esperando para ver quais os resultados achando que isso vai depender da capacidade financeira das pessoas
Câmara Municipal que fez uma apreciação global ás anteriores intervenções tendo em conta consensualidade. Abordou ainda as circunstâncias em que as actualizações ao IMI são feitas referindo que, por via das mesmas, a receita resultante do IMI tem vindo a aumentar
Acrescentou ainda que a questão da majoração tem em vista a recuperação dos imóvei cuja degradação não contribui em nada para a dignificação do concelho.
Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto o votação, tendo sido <i>aprovado por unanimidade</i> .
O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para referir que foi deliberado em reunião de Câmara de 10.08.2006., propor à Assembleia Municipal que autorize o lançamento da derrama fixando a sua taxa em 5%, afectando essa receita à rectificação do traçado e asfaltamento do estrada de ligação Mendiga/São Bento, renovação da rede de águas e realização do saneamento básico no concelho
Falou ainda da importância desta verba para a Câmara Municipal, verba essa que iro incidir sobre os lucros das empresas, ou seia, sobre o IRC,

Luís Manuel Coelho de Almeida (PPD/PSD):
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Usando da palavra, referiu que, dado o adiantado da hora não se iria alongar em explicações e votaria a favor, embora reconhecendo as dificuldades que as empresas atravessam neste momento, considerou que essa receita era imprescindível para a construção de acessibilidades
Célia Cristina Almeida e Sousa (P.S.):
António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):
António Pereira Carvalho (P.S.):
Referiu que a derrama é uma taxa que incide sobre os lucros e perguntou fazendo o paralelismo com os concelhos vizinhos, se os podemos dar ao luxo de prescindir desta receita acrescentando que se houve alguma excepção foi no ano passado com não aplicação, porque o regra sempre foi de aplicação da derrama. Terminou ainda dizendo que em termos de Câmara é uma receita que tem um certo peso e que a taxa a aplicar, de 5% é aceitável, principalmente tendo em conta a média dos concelhos vizinhos
José Ferreira da Silva Coelho (PPD/PSD):
Interveio dizendo que não quer dar a ideia de estar a ser juiz em causa própria, referindo que a taxa proposta é razoável, mas afirmando que o tecido empresarial do sector cerâmico está extremamente fragilizado. Terminou dizendo ser desagradável para quem trabalhou bem, chegar ao fim do ano e ser premiado com mais um imposto
José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):
No uso da palavra, passou a ler a proposta que no ano passado foi presente à reunião de Câmara, em que se renunciava ao lançamento da derrama por via das dificuldades financeiras das empresas, perguntando aos membros da assembleia bem como aos empresários presentes, o que é que mudou de 2004 para 2005, e ainda se um encaixe de 50 mil contos são suficientes para fazer face à estrada, à água e ao saneamento básico de Mira de Aire
O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao senhor Presidente da

Câmara, que por sua vez a passou ao senhor Vice-Presidente, tendo este sido interrompido por Vítor Louro Cordeiro (P.S.) que pretendia usar da palavra respondendo a José Jorge Couto Vala. O senhor Presidente da Assembleia interveio dizendo que aquele não se tinha inscrito para falar e retirando-lhe a palavra disse que este poderia falar em defesa da honra, mas depois do senhor Vice-presidente da Câmara terminar
Terminada que foi a explanação do senhor Vice-Presidente, o membro desta Assembleia Vítor Louro Cordeiro (P.S.) voltou a insistir em responder a José Jorge Couto Vala (PPD/PSD), tendo o senhor Presidente da Assembleia dito que apenas o poderia fazer em defesa da honra, concedendo-lhe um minuto para o fazer
No uso da palavra, <i>Vîtor Louro Cordeiro (P.S.)</i> referiu-se à expressão de José Jorge Couto Vala, quando este perguntou o que é que teria mudado de um ano para o outro, insurgindo-se contra o facto de aquele ter lido a proposta de isenção de derrama do ano transacto, caracterizando-o como um facto político de que não gosta, tendo-o o senhor Presidente da Assembleia interpelado no sentido de defender a honra objectivamente, uma vez que não estava inscrito para o debate
O Grupo de eleitos do PPD/PSD fez chegar à mesa da Assembleia uma declaração de voto que o líder da bancada passou a ler e que a seguir se transcreve:
"O Grupo de eleitos do PSD, vota contra a aprovação do aumento da taxa da Derrama pelas seguintes razões:
Numa altura em que a dificuldade económica das empresas é acentuada, não é correcto que as que tentam de alguma forma sobreviver, lhe seja acrescentada um custo e com isso sejam mais penalizadas
No incremento e largamento dos parques municipais concelho está a tentar que se fixem no concelho o máximo de empresas e o incentivo não deve passar nesta fase por passar de taxa de derrama 0 para 5
4.5. Contratação de empréstimo de longo prazo, de 300 000 euros destinados à aquisição de terrenos para a construção do acesso da Zona Industrial de Porto de Mós ao IC2:

No uso da palavra, o senhor Vice-Presidente passou a justificar a necessidade de contrair
este empréstimo, com a necessidade de promover a ligação do Parque Industrial à E.N.1, visando
disponibilizar lotes infra-estruturados para instalação de mais empresas no concelho, tornando-se
necessária a aquisição de terrenos para esse fim, realçando as vantagens de desvantagens da
contracção deste empréstimo
António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD):
No uso da palavra, manifestou a sua incompreensão com o facto de passados 3 meses após
a aprovação de um empréstimo de 500 mil euros se venha pedir a aprovação de mais um de 300
mil euros afirmando que seria mais coerente o senhor Vice-Presidente ter dito que receava que à luz
da nova lei das finanças locais, não pudesse o município contrair mais empréstimo algum e
apresentando-os agora com a finalidade de nos salvaguardarmos
Acrescentou ainda que, e tendo em conta o nº de metros quadrados a adquirir com os 300
mil euros, resulta que cada metro quadrado seria adquirido a 21 euros, dizendo não acreditar que
se vão adquirir terrenos a esse preço, principalmente tendo em conta que foram adquiridos terrenos
para a zona industrial a 3 euros. Concluiu que a finalidade do empréstimo é claramente outra que
não essa aquisição. Terminou dizendo que não irá inviabilizar o empréstimo mas também não irá
votar favoravelmente, e isto pelo facto de na ultima assembleia se ter aprovado um empréstimo
para aquisição de terrenos no Parque Industrial e na Várzea e agora nos documentos que foram
enviados aos membros da Assembleia, concretamente no documento cujo assunto é "Capacidade
de endividamento do Municio de Porto de Mós", refere-se que "Em fase de visto para o Tribunal de
Contas encontra-se o empréstimo para aquisição de terrenos na Várzea, Pavilhão Multiusos, Zona
Industrial de Porto de Mós e Parque Verde no montante de 500 000,00 €. "
Ana Paula Laureano Noivo (Presidente da Junta de Freguesia de Mira de Aire – P.S.):
Interveio congratulando-se com a descentralização da Assembleia Municipal e com a
realização desta na sua Junta de Freguesia, dando, na qualidade de anfitriã, as boas vindas a
todos os membros fazendo votos para que a mesma decorra com elevação
Relativamente ao ponto da ordem de trabalhos em discussão, disse que iria votar
favoravelmente porque se trata de um empréstimo a longo prazo e que se destina à aquisição de
terrenos para os acessos do Parque Industrial ao IC2 e porque legalmente está dentro da nossa
capacidade de endividamento.
Felicitou ainda o executivo por ter conseguido a diminuição da despesa corrente ao longo destes oito meses e ainda porque finalmente parece privilegiar-se o investimento neste concelho
Pediu ainda aos restantes membros da Assembleia, dado o adiantado da hora, que fossem
sintéticos, por forma a permitir que o publico presente pudesse vir a intervir
Referindo-se depois ainda à taxa da derrama que não foi aprovada, disse não
compreender o porquê de tal reprovação, porque tal taxa para os cofres das empresas seria irrisória
e comenta o facto de todos os concelhos vizinhos terem lançado derrama, tendo ainda
acrescentado que ela na qualidade de presidente de Junta teria dificuldade em explicar ás suas
populações tal sentido de voto atendendo que a afectação seria para beneficiar essas
populações,
· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·
<i>Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):</i> Criticou o facto de o anterior ponto da ordem de trabalhos não ter sido aprovado, dirigindo-
se principalmente aos presidentes das Juntas de Freguesia serranas. Relativamente ao presente
ponto da ordem de trabalhos, ressaltou os benefícios da ligação do IC2 ao parque industrial com a
atracção de novos investimentos a este concelho
O senhor Presidente da Câmara interveio respondendo aos anteriores intervenientes.
Recuando ainda ao anterior ponto da ordem de trabalhos manifestou a sua indignação, quanto ao
sentido de voto, principalmente dos Presidentes de Junta de Freguesia da zona serrana, dado que

seria aquela zona que iria ser beneficiada com a construção da estrada que iria ligar as quatro freguesias e que serviria o planalto da Mendiga, zona de grande exploração de pedra de calçada. Dirigindo-se ainda aqueles Presidentes de Junta afirmou que eles não se deveriam deixar influenciar e sim defender os interesses das populações que os elegeram
Respondendo a António Manuel Sousa Pires (PPD/PSD) , disse que apesar de sempre o ter considerado um político sério, este veio para aqui distorcer este assunto, sendo um facto que não pode apenas comprar uma faixa de terreno mas sim todo o prédio, e para além disso já se compraram todos os terrenos com o anterior financiamento
Acrescentou ainda que já se instalaram no concelho de Porto de Mós, doze novas empresas, e que a sua preocupação enquanto Presidente da Câmara é promover as condições para essa instalação recomendando que se faça política séria.
Afirmou depois ter vindo a constatar que o executivo não tem um planeamento sobre aquilo que pretende vir a executar, tendo apresentado na última assembleia um pedido de autorização para empréstimo de 500 mil euros, não tendo justificado para onde foram essas verbas, vem agora também apresentar um pedido para uma verba de 300 mil euros, também não justificando para onde irá esse dinheiro apenas referindo que se destinam a aquisição de terrenos para a zona industrial, o que é extremamente vago, não tendo apresentado nenhum orçamento, e questionando, o porquê de 300 mil e não de 290 mil ou 350 mil
Referiu-se depois à aplicação da derrama, dizendo que achava que isso já tinha passado, mas verificou que não, e afirmando estar na disposição de provar por A mais B que o aumento de receita que a Câmara vai arrecadar em sede de IMI é mais do que aquilo que iria receber do lançamento da derrama, e portanto se as obras não forem feitas não é por causa da derrama ou porque a bancada do PSD não quis. A bancada do PSD demonstra com números que o acréscimo de receita proveniente do aumento do IMI é mais que suficiente para a realização das obras propostas, sem necessidade de onerar mais as empresas
Afirmou ainda, que trouxeram aqui o professor Daniel Bessa, mas com certeza não ouviram o que ele disse, de que a guerra P.S./P.S.D. não interessa para os concelhos
Disse ainda que está a favor deste empréstimo, e que não comunga das palavras de António Manuel de Sousa Pires (PPD/PSD), porque não está em causa a alteração à Lei das Finanças Locais, mas sim a necessidade de ligação da Zona Industrial ao IC2, tornando-a assim mais interessante para a fixação das empresas
Acrescentou ainda que fará sentir aos cidadãos através dos jornais, que quem governa não é a Câmara Municipal que eles elegeram, mas membros da Assembleia Municipal do PSD, que por uma habilidade da lei, que em sua opinião está mal, deixa em igualdade de circunstâncias membros directamente eleitos e presidentes de junta.
Usando da palavra, referiu que de Junho até aqui nada se alterou e que os princípios que o moveram a votar contra o empréstimo de 500 mil euros são os mesmos, mantendo assim o seu sentido de voto

O senhor Presidente da Câmara insurgiu-se contra o facto de José Jorge Couto Vala estar a falar muito baixo dizendo-lhe para ter vergonha e falar mais alto, tendo o senhor Presidente da Assembleia intervido no sentido de impor a ordem e tendo o presente interveniente respondido que até ao dia de hoje sempre tem tido a lisura de não provocar ninguém, e que nunca lhe faltou ao respeito, nem o interrompeu, tendo o senhor Presidente da Câmara dito continuar sem o ouvir, pelo que o membro interveniente propôs que na próxima sessão se arranjasse equipamento de som. Terminou reafirmando o seu sentido de voto e dizendo que em democracia uma das coisas que se conquistou foi o voto livre e que as pessoas são livres de votar da forma que entenderem
O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, justificou-se perante José Jorge Couto Vala reafirmando que não conseguiu ouvir uma palavra da sua intervenção e disse que se o ofendeu pede desculpa publicamente sem qualquer problema.
Posto isto passou a palavra ao senhor Vice-Presidente da Câmara que passou a tecer alguns comentários dizendo que a derrama foi rejeitada, o que considera legitimo, mas que os quatro presidentes de junta da zona da serra ficam indelevelmente ligados a esse facto por votarem contra, também é verdade, pelo que depois mais tarde, quando não houver meios financeiros para fazer face aos investimentos pretendidos, que não se venham queixar
No que se refere ao empréstimo e respondendo a Luís Manuel Coelho Almeida, disse que aquele tem que ter uma aplicação específica, dirigida a um determinado fim, e contratualizada ao nível do numero matricial
Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação, tendo o mesmo sido <i>aprovado com 15 votos a favor, 3 votos contra e 13 abstenções</i>
4.67. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo:
Perguntou se a simulação que o senhor Vereador distribuiu diz respeito a todos os clubes ou apenas a alguns, respondendo aquele que se tratam de exemplos estando ai contemplados alguns aleatoriamente.
Luís Almeida referiu que o que tem ouvido dizer por parte de alguns responsáveis de clubes é que o regulamento que a Câmara tem vindo a aplicar não é nem o novo porque este ainda não está aprovado, mas também não tem sido o antigo, e que as verbas que têm vindo a ser distribuídas têm vindo a ser substancialmente cortadas. Disse ainda haver aqui uma contradição

entre aquilo que os dirigentes dos clubes têm vindo a dizer e entre o que o Vereador Rui Neve agora afirmou		
Disse ir falar de um regulamento que lhe diz directamente respeito porque está à frente de um clube há 15 anos.		
Disse ainda que relativamente à questão que Luís Almeida colocou, esta terá alguma razão de ser, uma vez que os valores recebidos, em concreto em 2006 foram muito inferiores ao que o haviam sido em 2005		
O senhor Vereador, passou a responder aos anteriores intervenientes, dizendo que o que importa discutir é a essência e os objectivos do regulamento não apenas os números		
Respondendo a <i>Luís Almeida</i> o senhor vereador disse que para se atribuir um subsidio é necessária a assinatura de um protocolo, passando a explicitar a forma de atribuição do mesmo		
Referiu ainda que cada vez é mais difícil arranjar elementos que integrem os cargos de direcção, pelo que no caso de falência daquelas associações é obrigação da Câmara Municipa assegurar a educação e a formação desportiva e cultural das camadas jovens. Temos que dar umo atenção especial aos jovens apoiando-os na formação, dado que se trata de um investimento e de uma responsabilidade de todos nós		
No que toca ao regulamento que está em discussão, verifica-se que este vai reduzir os montantes a distribuir, principalmente ás associações que têm mais de cinco equipas em formação		
António Manuel Sousa Pires (PPD/PSD):		
Usou da palavra para perguntar porque é que a Câmara não cumpre o regulamento existente até que seja aprovado um novo regulamento, e a que é que se deve a existência de um ano "zero".		
José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):		
No uso da palavra, este referiu que até agora o regulamento em vigor previa apoios aos clubes do concelho e este, que está hoje em discussão, diz que "Em situações devidamente autorizadas poderão ser apoiadas estruturas associativas sediadas fora do concelho mas cuja actividade seja relevante para os seus habitantes, segundo avaliação a efectuar pelo vereador do Pelouro do Desporto." Apelando à sua experiência enquanto elemento ligado ao movimento associativo deste concelho referiu que nunca viu que uma associação exterior ao concelho viesse ser benemérita para Porto de Mós. Mencionou ainda a incongruência que o texto acima referida manifesta com o texto da alínea b), nº 1 do artigo deste Projecto de Regulamento, uma vez que esta refere que se podem candidatar aos apoios as associações que possuam sede e desenvolvam actividades no concelho de Porto de Mós, e pediu esclarecimentos acerca disso. Terminou dizendo		

que este Regulamento é altamente penalizador para aquela que é a associação que mais movimenta em termos de escalões de formação e que é a ADP (Associação Desportiva Portomosense)
O senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a pedir resposta relativamente ao ofício que em Agosto enviou à Câmara Municipal, e que nunca lhe foi respondido
O senhor Vereador Rui Neves em resposta ao senhor Presidente da Assembleia disse que apenas pode dizer que se cumpriu aquilo que estava em orçamento, lembrando que se realizaram duas reuniões para se explicar que se estava em fase de mudança de regulamento
Respondendo a Carlos Manuel Neto Venda, o senhor vereador contrapôs dizendo que os números por aquele avançados não eram verdade e disse que os números de 2005 que estavam na simulação que ele entregou, foram extraídos das actas da Câmara
Respondeu ainda a José Gabriel Pires Vala esclarecendo-o relativamente aos números por este avançados,
A José Jorge Couto Vala disse que o financiamento, até 2009, vai ter sempre dois momentos, o arranque em Outubro e o pagamento da actividade em Março.
Não havendo mais intervenções, foi o presente ponto da ordem de trabalhos posto a votação e tendo o mesmo sido <i>aprovado por maioria, com 14 votos a favor, 11 votos contra e 5 abstenções.</i>
4.7. Informação nos termos da alínea e), nº 1 do artigo 53º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:
O senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, fez um resumo da actividade desenvolvida pela Câmara Municipal no período que mediou entre esta sessão e a anterior, tendo realçado as comparticipações feitas para a promoção de actividades culturais, nomeadamente o apoio a algumas colectividades do concelho que em deslocações ao estrangeiro prestigiaram o nome de Porto de Mós.
Fez ainda menção à forma exemplar como se realizou a abertura do ano escolar em Porto

de Mós, apesar do encerramento de várias escolas e da transferência dos alunos para escolas de acolhimento
Os incêndios foi ainda outra das menções que realçou e a pronta intervenção da protecção civil.
Fez ainda referencia à revisão do PDM, dizendo que se irá proceder à sua apresentação aos membros da Assembleia Municipal em local a acordar, mencionando ainda a articulação que tem que ser feita com o Plano de Ordenamento do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros e que tem sido bastante difícil, porque era altamente lesivo para as empresas de exploração de inertes
Referiu-se ainda à problemática da zona especial de protecção de S. Jorge, afirmando que neste momento a localidade se encontra toda classificada, e qualquer intervenção tem que ser acompanhada de arqueólogo e demais condicionalismos, afirmando que enquanto Presidente da Câmara não quer passar uma certidão e óbito a S. Jorge
Mencionou ainda que se está em fase final o projecto de saneamento de Mira de Aire, fruto do trabalho de engenheiro e topógrafo da Câmara, com acompanhamento do GAT de Leiria
O senhor Presidente da Assembleia Municipal recomendou, dado o adiantado da hora que as intervenções dos inscritos se reduzissem ao mínimo, concedendo dois minutos para cada intervenção
No uso da palavra, iniciou a sua intervenção falando do posicionamento das bandeiras colocadas na sala, referindo que nenhuma bandeira pode estar acima da bandeira nacional.
Quanto ao rol de actividades que o senhor Presidente da Câmara desenvolveu espera que na próxima informação já possa estar contemplado o transporte de deficientes.
No que toca à protecção civil, registou com agrado a intervenção que o Presidente da Câmara fez em relação à falta de acessos, mencionando os relatórios da responsabilidade do ICN que os classificam de gravidade 2 numa escala de 3.
Referiu-se ainda à abertura da Rua do Chão Rapado, devendo-se fazer a ligação com a Rua das Canas
Pediu ainda que se marcasse uma reunião com o Director da JAE, sobre os passeios na Cruz da Légua, até ao limite do concelho
Rui Fernando Correia Marto (Secretário da Junta de Freguesia de Alqueidão da Serra - P.S.):
Congratulou-se ainda com a noticia da abertura de concurso publico para a execução da rotunda do major, que considera importantíssimo para a regulação do tráfego naquela freguesia
SESSÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 2006 350

Parabenizou a Câmara pela forma como decorreu a abertura do ano lectivo,
nomeadamente no acolhimento ás crianças provenientes das escolas encerradas
Luís Manuel Coelho Almeida (PPD(PSD):
Parabenizou o senhor Presidente da Câmara pelo forma como acompanhou os incêndios, principalmente pelo alerta que fez relativamente ás acessibilidades
Congratulou-se ainda pelo facto de a revisão do PDM estar quase a terminar e referindo-se ao pavilhão multiusos, pediu mais alguma informação. Quanto ao saneamento em Vinhas Velhas, Pedreiras não percebeu por que é que este se prolonga por uma zona de matas, pedindo esclarecimento.
Deu ainda os parabéns pela comparticipação conseguida para o pavilhão do Juncal de 500 mil euros, convidando o senhor Presidente da Câmara a visitar o pavilhão da Cumeira para este ver como ele está
Quanto à casa Velório do Juncal, lembrou que ele no inicio do ano tinha dito que dificilmente seria terminada este ano e parece que estava certo. Questionou ainda o senhor Presidente da Câmara sobre a reclamação ao empreiteiro da Zona Industrial do Juncal devido aos erros lá existentes, de quem é a culpa, se do empreiteiro ou da Câmara Municipal que não acompanhou devidamente a situação
Perguntou se a verba para a sala de apoio de tempos livres em S. Jorge que consta na informação distribuída é verdade ou se é lapso
Arlindo Manuel Cordeiro Ferreira (Presidente da Junta de Freguesia de Mendiga – PPD/PSD): -
Sobre o que saiu no Jornal "O Portomosense" acerca da criação da sub-região Porto de Mós e Mendiga no âmbito do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral e não tendo sido contactado sobre o assunto por qualquer entidade, pediu ao senhor Presidente da Câmara que fizesse o ponto da situação da referida Sub-Região e questionou-o ainda acerca da extensão de Saúde da Mendiga
Maria Antoniata Cirão Foyaraira Mariana (CDC/DD).
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Referiu-se ainda ao pavilhão gimnodesportivo do Juncal manifestando a sua estranheza e dizendo pensar que ele já existia, por que na campanha eleitoral ouviu dizer que ele já estava feito
Manual Paula Mana (Procidente de lunta de Ereguesia de C. Ponto DDD /DCD):
João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal – PPD/PSD):
Disse congratular-se com os trabalhos realizados e que ficaria muito contente por ver no próximo relatório contemplada a realização da rotunda à entrada da sua freguesia
Pediu ainda ao senhor Presidente da Câmara que quando faz a leitura do relatório, não se esqueça de falar da colaboração das Juntas de Freguesias na realização desses trabalhos, de forma a que quem ouve não pense que a Junta de põe à margem desses trabalhos

$\label{thm:desempenhado} desempenhado$	
José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):Usou da palavra para fazer dois destaques e alguns reparos	
Sobre os destaques fez referência à instalação a CERCILEI, bem como ao bom trabalho efectuado em termos de protecção civil durante os fogos florestais, felicitando o senhor Presidente da Câmara	
Referiu que em Dezembro de 2005,o senhor Presidente disse que procedeu à alteração do horário dos funcionários da Câmara, transformando-o em continuo, por assim estes se tornarem mais produtivos e reparando que agora estes voltaram ao antigo regime, nada foi dito nesse sentido	
Fez ainda menção ao facto de em Dezembro de 2005 ter feito referencia à remoção de entulho da Valicova, dizendo que a GNR, levantou vários autos de noticia à Câmara Municipal de Porto de Mós, pelo facto de esta ali estar a despejar entulho e pede que o senhor Presidente da Câmara o esclareça.	
Estava também referido na informação de Dezembro de 2005 a construção do espaço Internet nas antigas piscinas municipais e em Setembro de 2006, refere-se que está em fase final o projecto de remodelação do espaço jovem (antigas piscinas), dizendo que este é o pior exemplo que a Câmara pode dar aos munícipes terminando por dizer que o projecto deve ser primeiro pensado e depois executado	
António Manuel Sousa Pires (PPD/PSD):	
Referindo-se ao documento que foi apresentado, disse que havendo obra feita, ficará sempre satisfeito	
Disse ainda que o senhor Presidente da Câmara devia chamar a atenção dos funcionários para não deitarem o lixo que retiraram da Escola Dr. Perpétua na Valicova, tendo alguns proprietários daqueles terrenos sido autuados em virtude de os terrenos estarem ocupados, sem sequer saberem desse facto	
Felicitou depois o executivo camarário pelo trabalho desenvolvido durante este curto espaço de tempo, sugerindo ao senhor Vice-Presidente que pelo rigor que coloca quer documentação quer nas intervenções, que tanto incomodam alguns membros desta Assembleia, passe a fornecer apenas os mapas contabilísticos e menos anexos explicativos, porque parece que a informação detalhada para essas pessoas não ajuda a esclarecer mas sim a complicar.,	

possível, acrescentando que apesar de tudo, tirando as casas, que se salvaram, ardeu cerca c 80% da sua freguesia. Mencionou ainda que se não se fizer algum trabalho de preparação, incêndios irão continuar da mesma forma e com toda a força		
O senhor Presidente da Câmara, agradeceu o facto de todos os intervenientes lhe terem dado os parabéns pelo trabalho desenvolvido nos últimos meses.		
Passou depois a responder dirigindo-se a Carlos Alberto Gomes Jorge, disse que a obra a que este se referiu, ainda está dentro da garantia do empreiteiro.		
Relativamente ao saneamento efectuado nas Pedreiras, referiu que aquele foi a percurso mais viável segundo o estudo que os técnicos apresentaram, atendendo à existência de gravidade		
Quanto aos passeios da Cruz da Légua, disse ser uma preocupação que partilha		
Quanto a Rui Marto, e ao abastecimento de água a Alqueidão da Serra, concordou que é um dos grandes problemas do concelho, com rupturas continuamente, passando a enunciar os factores que constituem o problema e que estão devidamente identificados		
Referiu-se ainda ao pavilhão multiusos dizendo que existe um estudo prévio que será aqui oportunamente apresentado.		
Quanto à instalação da CERCILEI afirmou que esta era provisória prevendo-se que ficará definitivamente naquele que foi o matadouro municipal		
Respondendo ao Presidente da Junta de Freguesia respondeu que o plano a que aquele se referiu ainda é uma coisa muito vaga tendo tido uma reunião com alguém da Direcção Regional dos Recursos Florestais, acrescentando que é uma questão que foi levantada aquando dos incêndios e que tem a ver com a gestão daquele espaço.		
Respondendo ao presidente da Junta de Freguesia de S. Bento, disse que o projecto de construção da estrada a que ele se referiu não era viável economicamente		
Quanto ao Juncal mencionou os melhoramentos introduzidos nos caminhos, afirmando que nesse aspecto essa freguesia tem sido privilegiada		
Fez ainda referência ás verbas que no passado eram dispendidas aos fins-de-semana para pagar aos funcionários.		
Ressaltou ainda a prioridade que é para este executivo o saneamento básico da vila de Mira de Aire, dizendo acreditar que o Quadro de Apoio Comunitário contemplará esta obra		
Quanto ao horário continuo dos trabalhadores, esclareceu que foi alterado por não coincidir com o horários dos fornecedores.		
Quanto à construção do Espaço Internet, esclareceu que se tratam de coisas diferentes e que se estava a referir aos projectos das especialidades e não ao projecto de arquitectura, pelo que não há qualquer contradição entre o inicio da obra e o projecto		
No que respeita ao vazamento de entulhos na Valicova, não tem conhecimento de nenhum auto de notícia levantada à Câmara por esse motivo. Mencionou ainda que desconhecia que o entulho resultante da limpeza que se fez na escola tivesse sido despejado naquele local e que os funcionários têm ordens para não despejar lá o lixo		
Quanto aos lotes vendidos na zona industrial de Mira de Aire respondeu que foram cinco, quatro deles a uma empresa de capitais franceses e um a uma empresa de Porto de Mós. Quanto		

ao inicio das obras da Casa da Cultura, pensa que este será no primeiro semestre do ao que vem
Quanto à intervenção de Carlos Venda quanto aos fogos, respondeu que já esteve no loca com o senhor Secretário de Estado, por forma a este poder fazer uma avaliação da situação
O senhor Vice-Presidente, pediu a palavra para se defender dos ataques de que foi alvo por parte do senhor António Manuel Sousa Pires, dizendo que aquela é a sua forma de se expressar e com isso não pretendeu faltar ao respeito a ninguém
PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:
logística em Mira de Aire
Luís Manuel Coelho Almeida (PPD/PSD):
VALORLIS para Pombal, questionando-o sobre as consequências que isso terá para o nosso concelho, nomeadamente sobre o eventual agravamento para os munícipes e ainda quais o hipóteses de intervenção da AMLEI nesse processo.
João Manuel Rodrigues Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Juncal - PPD/PSD) prescindiu da palavra
Maria Antonieta Girão Fevereiro Mariano (CDS/PP):
Fez menção ao adiantado da hora e ao facto de se fazerem palestras integradas nas sessões ordinárias desta Assembleia, fazendo-as assim prolongar indefinidamente.
Manifestou ainda o seu contentamento pelo facto de finalmente Alvados ter resolvido o problema do brasão
Fez ainda referência ao facto António Manuel Sousa Pires ter criticado a forma veemente como o senhor Vice-Presidente da Câmara se dirigiu à Assembleia Municipal.
Vítor Louro Cordeiro (P.S.):
Teceu algumas considerações relativamente aos trabalhos que têm vindo a ser efectuados pelo presente executivo, congratulando-se com eles, fazendo ainda algumas referências relativas ao anterior executivo e a obras que terão sido efectuadas sem qualquer suporte legal

Tendo elogiado as obras realizadas, perguntou porque é que houve coisas que correram menos bem, nomeadamente o concurso de táxi e o concurso das actividades de enriquecimento curricular no 1º ciclo (Inglês, Musica e Actividade Física e Desportiva), querendo saber o que é que se passou
José Jorge Couto Vala (PPD/PSD):
Fez referência a noticias contraditórias saídas nos jornais, relativamente ao concurso das actividades de enriquecimento curricular do 1º ciclo
Fez ainda menção ás jornadas europeias do património que estão a decorrer em todo o pais e à gralha cometida pelo IPPAR quando identifica o lugar de S. Jorge, freguesia de Calvaria de Cima, concelho de Porto de Mós, como sendo freguesia de S. Jorge, concelho de Alcobaça, e considerando esta confusão como de extrema gravidade, manifestou o desejo de que a Câmara Municipal, exija a clarificação desta
Disse depois que desejava alguns esclarecimentos acerca das ossadas encontradas no Juncal
Respondeu ainda a Luís Manuel Coelho de Almeida, dizendo que as questões do transito têm um local próprio onde devem ser tratadas e que é na assembleia de freguesia. Quanto aos fogos, referiu que o senhor Ministro e o senhor Secretário de Estado, corroboraram as afirmações do senhor Presidente da Câmara.
Agradeceu ao publico ainda presente a sua capacidade de resistência, bem como à Dr.º. Maria João do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, cujas instalações onde nos encontramos, são de sua propriedade.
Fez ainda referência à estrada que atravessa a serra esclarecendo alguns pontos
Terminou fazendo votos para que este executivo faça melhor que o executivo anterior, que investiu cerca de dois milhões de euros em Mira de Aire
O senhor Presidente da Câmara passou a responder aos anteriores intervenientes tendo dito a Carlos Alberto Gomes Jorge que foi a Câmara que garantiu grande parte das vezes as refeições durante os fogos em Porto de Mós mas que não esqueceu Mira de Aire tendo-se aqui deslocado nessa altura algumas vezes
Referiu ainda que as questões do transito são da competência da Assembleia de freguesia e deu razão a Luís Almeida quanto à problemática do transito junto à Câmara Municipal.
Quanto à questão do aterro da VALORLIS, suscitada por Rui Marto, fez o histórico da assinatura desse protocolo pela AMAE, esclarecendo as razões da passagem do aterro para Pombal

e confirmando que se isso acontecer, o lixo vai efectivamente sofrer aumentos consideráveis para todos os munícipes
Mencionou ainda que a situação da Valicova interessa à Câmara Municipal resolver, até porque grande parte das descargas que lá são feitas, são de outros concelhos.
Fez ainda referência à reprovação da derrama e ás repercussões que a falta de verba que isso implica terá junto das populações
Respondeu ainda a António Pires relativamente ás questões suscitadas sobre o concurso de táxis, bem como a José Jorge Couto Vala quanto ás entrevistas do vereador Rui Neves à comunicação social, dizendo que estas não foram dadas no mesmo dia, mas em momentos diferentes quando já havia dados novos. Agradeceu ainda a referência que aquele fez quanto ás Jornadas do Património
Fez ainda uma breve referência à Dr.ª. Maria João agradecendo a sua disponibilidade e agradecendo ao PNSAC a disponibilização do espaço para a realização desta Assembleia Municipal.
O vereador Rui Neves usou da palavra para corroborar as palavras do senhor Presidente da Câmara, tendo declarado que as declarações que fez, foi em momentos descontínuos e que numa altura havia reclamação e noutra não havia, tendo acrescentado, para esclarecimento dos pais, que aquela não é nenhuma impugnação contenciosa do concurso
PERÍODO PARA INTERVENÇÃO DO PUBLICO
Pedro (Mira de Aire :Pediu a palavra para referir que é a primeira vez que participa numa Assembleia Municipal, tendo dito que está decepcionado porque se fala muito mas que se diz muito pouco.
Manifestou ainda a sua preocupação pelo facto de o município se estar a endividar a prazo com empréstimos para a compra de terrenos sendo que depois o preço resultante da venda dos mesmos servirá para financiar campanhas eleitorais,
Perguntou ainda para quando o reinicio das obras da Casa Velório no Juncal, e para quando a identificação do local em que se colocarão as sapatas
Dirigindo-se a Paulo Malho, o senhor Presidente da Câmara referiu que este já fez melhores intervenções nesta Assembleia Municipal, e que hoje fez algumas considerações que não fazem o menor sentido pelo que nem sequer as vai comentar. No que respeita à colocação das sapatas perguntou ao anterior interveniente se ele faz parte da Junta de Freguesia e tendo aquele anuído, perguntou ao senhor Presidente da Junta de Freguesia do Juncal, se ele tinha o projecto das sapatas em seu poder o que ele confirmou, tendo terminado dizendo que a resposta estava dada
MINUTA DAS DELIBERAÇÕES DESTA SESSÃO:
Tendo em conta que várias deliberações deverão tornar-se imediatamente executórias, o Presidente da Assembleia Municipal, deu a conhecer aos membros desta, os termos da minuta das deliberações 1. Modificações Orçamentais – 2º Revisão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2006; 2. Modificações Orçamentais – 2º Revisão ao Orçamento para o ano de 2006; 3. Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis; 4. Fixação da Taxa da Derrama; 5. Contratação de

empréstimo de longo prazo, de 300 000 euros destinados à aquisição de terrenos para a construção do acesso da Zona Industrial de Porto de Mós ao IC2; 6. Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo tendo estas sido submetidas a votação e aprovadas por unanimidade		